

A história como instrumento pedagógico: leitura e recepção dos antigos no Behemoth de Thomas Hobbes

Débora Regina Vogt*

Este resumo tem como objetivo mostrar alguns resultados e caminhos traçados por minha pesquisa, ainda em fase de execução, a respeito do uso e da recepção que Thomas Hobbes faz dos antigos em seu livro de história. Esta obra, *Behemoth*, embora pouco conhecida (em relação a outras, como *Leviatã* e *Do cidadão*, por exemplo), tem como objetivo relatar a história da guerra civil inglesa que, para o filósofo, foi a volta ao estado de natureza, o período de caos e de corrupção dos valores. Para o pensador, a história tem, em si, uma função pedagógica. Relatar aos seus contemporâneos o que foram aqueles “terríveis tempos”, portanto, os faria alertarem-se sobre o perigo iminente de volta à guerra civil.

François Hartog, em seu texto *O confronto com os antigos*, traça um panorama das diferentes querelas que delimitaram as relações entre antigos e modernos, ao longo da Antigüidade, Idade Média e Moderna. Esses debates, segundo o autor, passaram desde a valorização dos antigos acima dos modernos, assim como a dos segundos acima dos primeiros. No último caso, a superioridade seria devido ao acúmulo de conhecimento e de experiência dos modernos em relação às possibilidades que teriam os antigos. Devido a estes confrontos, contudo, torna-se complexo definir o que é antigo. De acordo com o historiador francês, “Antigüidade” seria uma noção relativa e poderia ser usada por diferentes protagonistas (HARTOG, 2003, p. 115-153). Segundo ele, os próprios gregos e romanos se dirigiam aos seus antepassados como “antigos”.

A busca de modelos nos antigos permeia o caminho dos homens. Contudo, o período intitulado Renascimento tem como característica uma busca mais abrangente, que terminou por demarcar períodos e estratégias mais vastas. Hobbes, portanto, não está sozinho em seus referenciais. Os modelos trazidos da antigüidade demarcaram a arte, a literatura e a própria política em sua época. Quando Joseph Levine, por exemplo, analisa a ambigüidade de Tomas More, afirma que, para os renascentistas, os clássicos tornavam-se mais próximos que seus predecessores modernos. Era uma alternativa para a Cavalaria e, segundo ele, era colocada como preparação prática para a vida. Eles viam na cultura clássica um conjunto de ideias políticas a serem imitadas. De acordo com o historiador, os ingleses tiveram contato por muito tempo com a Itália e receberam influência do Renascimento italiano. Assim, para o humanismo retórico, dentro do qual podemos inserir o pensador inglês, a história e a poesia

* Graduada em História/licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestranda CAPES nesta mesma instituição.

forneciam exemplos para a sabedoria política, pois elas fariam o indivíduo estender sua visão limitada de mundo.

Essa leitura dos antigos, embora marcante em vários contextos históricos, é um elemento de ação política quando é usado por um pensador como Hobbes, que desejava que sua teoria fosse levada a sério pelos seus contemporâneos. O uso que ele faz dos antigos, embora imerso em um contexto cultural marcado por esta busca, no caso dele é um elemento de convencimento, em outras palavras, de uso da retórica. Segundo Oliver Reboul (1998, p. XIV), ecoando Aristóteles, a retórica é *a arte de persuadir pelo discurso*. Hobbes, como um escritor político, se dirige a um determinado público e tem a intenção de convencer.

A formação humanística do filósofo rendeu-lhe contatos desde cedo com os autores clássicos. Além disso, a capacidade de ler e escrever em latim e grego ampliou consideravelmente sua capacidade de articulação intelectual e de leitura dos antigos no original. Sua admiração pela história escrita por Tucídides lhe faria a aproximação com a disciplina, suficiente para que ele mesmo se propusesse, assim como o historiador grego, a contar a história que viu e ouviu.

O contato de Hobbes com os antigos rendeu seu primeiro fruto em 1629, com a tradução, para o inglês, da *Guerra do Peloponeso*, obra de Tucídides. O momento da publicação não poderia ser mais propício, pois foi o ano em que o parlamento entregou a Carlos I a Petição de Direitos. Segundo o pensador, o empreendimento justificava-se por considerar Tucídides o mais político de todos os historiadores e por sua história ser a mais instrutiva, pois mostrara os malefícios da democracia. Ou seja, para o pensador, a história servia como exemplo, para instruir e ensinar.

Quarenta anos depois da publicação de sua tradução, o filósofo faria seu trabalho sobre a história que presenciou, *Behemoth ou o Longo Parlamento*. Novamente o tema da guerra é central, assim como o valor pedagógico, já que permanece constante a ameaça da volta ao *estado de natureza*. Da mesma maneira que os democratas gregos através do uso da retórica levaram a destruição da cidade, os parlamentares e pregadores ingleses iludiram o povo e levaram o país à guerra civil.

O título do livro é sugestivo. A primeira parte refere-se a um monstro citado, assim como o *Leviatã*, no livro de Jó. Contudo, enquanto o outro é um monstro marinho, este é um terrestre. O *Behemoth*, descrito por vezes como um hipopótamo, tem sua existência anterior ao dragão (*Leviatã*) na Bíblia. No caso do filósofo, o *Leviatã* representa um poder incontestável, enquanto o segundo é a força do irracional ou do caos. Já a segunda parte do título faz referência ao parlamento que se reuniu de 1642 a 1660.

Diferente dos livros tradicionais do pensador, *Behemoth ou o Longo Parlamento* não

é uma obra teórica, é um relato sobre a Revolução Inglesa. Escrita no final da vida de Hobbes, em 1668, ela só teve publicação oficial após a morte do filósofo. Ele queria vê-la publicada, mas, ao pedir autorização a Carlos II, seu ex-aluno, ela foi negada. No entanto, várias cópias circulavam na Inglaterra, mesmo sem o consentimento de seu autor. A primeira edição só sairia três anos após a morte do filósofo, por seu amigo e editor William Crooke.

Escrito após a restauração da monarquia na Inglaterra, o filósofo relata, no texto, como foram aqueles anos pela voz de dois personagens, “A” e “B”. Não há identificação alguma dos personagens. A única coisa que é possível concluir é que “A” é mais velho, tendo vivido naqueles tempos, enquanto “B”, a partir de tais relatos tece argumentos que confirmam o que diz o primeiro. Neste trabalho, Hobbes tenta descobrir as causas da guerra, segundo ele, o pior dos tempos (HOBBS, 2001, p. 31). Numa visão retrospectiva e vencedora, podemos dizer, já que o período era o do governo de Carlos II, o filósofo relata como foi a guerra civil ou a volta ao estado de natureza.

Ao relatar os momentos que antecedem a guerra civil, Hobbes busca as causas do conflito na história, através de analogias que faz entre o conflito inglês e os da Antigüidade. E parece que, para ele, o conflito entre as cidades gregas e a guerra civil na Inglaterra teve origens comuns: na corrupção do pensamento e da palavra, na desobediência e na anarquia dos valores morais. Além disso, via o conflito como uma patologia, remontando à *stasis* grega.

Ao longo do Behemoth, Hobbes faz constantes paralelismos entre a história inglesa e a Antigüidade. De acordo com François Hartog (2003, p. 124 e 125), o Renascimento estabeleceu esta equivalência entre antigos e modernos. No entanto, ser “moderno” não era somente copiar os antigos, mas romper com a Idade Média. Essa imitação, contudo, não era passiva, pois pressupunha um progresso não linear, mas que tinha seu ápice e depois seu declínio. Em outras palavras, uma visão cíclica, semelhante à que Hobbes tinha de história. Estabelecer o paralelismo entre a história dos antigos e a vivida pelos contemporâneos insere-se, de acordo com o professor francês, na concepção antiga de *historia magistra vitae* (história mestra da vida), ou seja, ela é vista como coletânea de exemplos que ensinam e guiam o proceder político (HARTOG, 2003 p. 140). Compreende-se o passado e pode-se prever o futuro ou, no caso de Hobbes, é possível prevenir seus contemporâneos sobre a constante ameaça de guerra.

A recepção que Hobbes faz dos antigos é condicionada por suas leituras anteriores, sua relação político cultural, assim como seu contexto social e econômico. É preciso, portanto, entender sua leitura como um processo interpretativo, vinculado histórico e socialmente ao sujeito-leitor.

Entre os horizontes de expectativas do autor e as possíveis leituras, há um leque de possibilidades e de alternativas. No caso de Hobbes, o contexto do Renascimento contribui para suas leituras da Antigüidade. No entanto, suas questões e comparações entre sua narrativa e as histórias antigas são diferentes das de seus contemporâneos, relacionadas às indagações e apropriações que fez dos textos que teve contato. Embora o texto interiorize um horizonte de expectativa próprio, ele é autônomo e aberto às mais diversas interpretações. Hobbes recorre aos antigos com indagações próprias e de certa forma faz um caminho análogo ao que percorreu em relação à Bíblia, ou seja, ao mesmo tempo em que critica os que utilizavam os antigos como exemplo, usa-os para fortalecer sua argumentação.

O estudo dos antigos por Hobbes pode ser entendido através de seu contexto social e intelectual, marcado pelo Renascimento e humanismo. No entanto, mesmo lendo as mesmas obras que seus pares, ele se apropria delas de uma maneira diferente. Relaciona-as com a maneira como vê a história e articula seus argumentos à leitura que tem da Antigüidade. Para a compreensão de como o filósofo faz isso é necessário um estudo mais profundo do contexto no qual se encontra inserido. Para isso, na presente pesquisa, ainda em execução, utilizo-me dos conceitos da escola inglesa.

Skinner é um dos maiores representantes dessa escola, é um estudioso de filosofia política e professor de Cambridge. Tornou-se conhecido, principalmente, por suas obras sobre Thomas Hobbes e Maquiavel. A novidade de sua abordagem consiste em não apenas analisar o texto político e suas implicações, através dele mesmo, como também reconstituir o processo pelo qual os pensamentos políticos (principalmente) se constroem, dialogando entre si e com seu contexto social.

Hobbes, por ser um autor tradicional, tornou-se conhecido por suas teorias, a respeito da natureza humana, da ciência e da metafísica. Suas frases emblemáticas são diversas vezes repetidas e colocadas em livros didáticos, como elementos que sintetizam seu pensamento. No entanto, existem no mínimo duas maneiras de lê-lo. A primeira seria a que Skinner denomina de “textualista”, ou seja, a análise da fonte e de seus argumentos, sem uma relação com o momento histórico. A segunda, da qual me utilizo, é o estudo do *Behemoth* a partir dos elementos históricos que possibilitaram sua escrita. Hobbes tinha a intenção de intervir politicamente, não só convencendo seus pares intelectuais, mas também um público mais amplo, já que desejava que seu livro fosse publicado. Nesta linha, coloca-se sua leitura dos antigos. Ela não é isenta de intenções, mas insere-se dentro de uma linguagem comum de sua época, de seus pares, que buscavam nos antigos sentido e significação para o momento histórico que vivenciavam.

Por outro lado, a história dos conceitos desenvolveu-se a partir das tradições alemãs

da filologia, da história da filosofia e da hermenêutica. Reinhart Koselleck pode ser considerado o maior representante desta escola. Diferente da proposta anterior - que analisa o uso dos conceitos em argumentos-, a análise referente à história conceitual vai de encontro ao sentido dos conceitos e como esses se modificaram ou mantiveram-se com o decorrer do tempo. A *Begriffsgeschichte* (história conceitual) - como é chamada em alemão - pode se considerar herdeira de uma tradição acadêmica que valorizava a hermenêutica. O objetivo, segundo Koselleck, é por os conceitos políticos em relação a continuidade ou descontinuidade de estruturas políticas, econômicas e sociais (KOSELLECK, 2006, p. 16).

Na dinâmica entre conceito e realidade, as mudanças nem sempre são recíprocas, e é indispensável pensá-los em relação à continuidade ou descontinuidade das estruturas políticas. Esta relação, portanto, é tensa e aberta a inúmeras possibilidades. Os conceitos têm a função didática, mas ao mesmo tempo complexa, de expressar uma realidade através de uma palavra. Os que o utilizam posteriormente, modificam seu sentido original, mas a primeira realidade conceituada continua marcando o termo. São as camadas temporais, de acordo com Koselleck, que um conceito carrega em si, após sua utilização em diversos contextos.

Ao analisar as causas da Revolução Inglesa, Hobbes reutiliza termos da Antiguidade, como democratas e democracia, por exemplo, para avaliar os acontecimentos que presenciou. Esta apropriação ou transposição não tem o mesmo sentido para o pensador e para os antigos, antes é delimitada e (re) trabalhada pela leitura que ele faz das histórias e autores. No entanto, o filósofo queria ser compreendido por seus contemporâneos, desejava persuadi-los, por isso escreve com um vocabulário próprio de sua época. Mesmo que introduza elementos novos (e ele o faz), para chocar ou chamar a atenção, precisa de arcabouço comum, pois é a partir desse que as inovações podem ser feitas.

O estudo da linguagem comum de sua época é construído, em meu trabalho, a partir de textos que analisam a Revolução Inglesa e a Restauração, período no qual escreve sua obra. Parto assim, dos livros de Christopher Hill sobre a Revolução Inglesa, assim da obra de Lawrence Stone. As análises destes historiadores desenham melhor o mundo no qual Hobbes vivia e para o qual escrevia. Meu objetivo, quando contextualizo os modos como Hobbes utiliza a Antiguidade, é entender o modo como ele redimensiona determinados conceitos e idéias retiradas de outros. Faço isso através da leitura de Aristóteles. Além deste, Hobbes coloca outros autores antigos no decorrer da sua obra: Cícero, Tucídides, Platão, entre outros, citados indiretamente. Contudo, pela delimitação temporal da pesquisa (é um trabalho de mestrado), optei por trabalhar somente com Aristóteles.

Embora o filósofo inglês seja um estudioso dos autores antigos, sua filosofia é tratada, pelos analistas, como um rompimento. Esta quebra refere-se, principalmente, à

escolástica, então recorrente nas universidades. Segundo Hannah Arendt (2000, p. 111), a filosofia tradicional, preconizava por Aristóteles, colocava como objeto as causas primeiras de todas as coisas. A de Hobbes, assim como a de Maquiavel, ao contrário, coloca como alvo as ações políticas. A metafísica, portanto, seria substituída por uma filosofia de prática política. Ao longo de seu trabalho, Hobbes critica Aristóteles e aqueles que seguiam seu pensamento. Para ele, a escolástica, através das palavras, só enganava o povo e o afastava de seu soberano (HOBBES, 2001. p. 94). No entanto, na descrição da guerra civil inglesa, ele utiliza a mesma arma de seus inimigos para provar suas teorias, a retórica, vinculada à citação dos antigos.

Embora trabalhos a respeito do filósofo possam ser encontrados em diversas áreas do conhecimento, a historiografia brasileira continua com dívidas em relação ao filósofo. No que tenho pesquisado até agora encontrei somente um trabalho histórico sobre o pensador no Brasil. É o do professor da Universidade Estadual de Londrina, Dr. Marcos Antônio Lopes, que estudou o pensamento do filósofo inserido na concepção de dessacralização do absolutismo na modernidade (LOPES, 2003, p. 1-23).

A relação de Hobbes com os antigos se coloca, portanto, numa vertente historiográfica mais ampla, que analisa as relações entre antigos e moderna. As referências à Antigüidade permanecem recorrentes em nossa tradição política e intelectual. Seus escritos políticos e suas visões de mundo norteiam e são inspirativas para diversas ações contemporaneamente. Os antigos ainda são usados como modelo, assim como a história permanece, muitas vezes, sendo vista como instrumento pedagógico nas ações políticas. Em outras palavras, o pensador continua sendo atual, mesmo que tenha escrito para pessoas tão diferentes de nós.

Bibliografia citada:

ARENDRT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2000

ARISTÓTELES. **Poética, Organon, Política, Constituição de Atenas**. Edição: os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000

HARTOG, François. **Os Antigos, o passado e o presente**. Org: José Otávio Guimarães. Tradução de Sônia Lacerda, Marcos Veneu e José Otávio Guimarães. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003

HOBBES, Thomas. **Behemoth ou o Longo Parlamento**. Tradução de Eunice Ostrensky. Belo Horizonte: UFMG, 2001

_____. **Behemoth; or the Long Parliament**. Edição: Ferdinand Tönnies.

Chicago: University of Chicago Press, 1990.

_____. **Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil.**

Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Edição: Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999

Hobbes, Thomas. **Diálogo entre um filósofo e um jurista.** Tradução de Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Landy Editora, 2004.

_____. **Do Cidadão.** Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Elementos da lei natural e política.** Tradução de Fernando Dias Andrade. São Paulo: Ícone Editora, 2002

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos Conceitos. Problemas Teóricos e Práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 05, n10, 1992, p 134- 146. Disponível em <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/101.pdf>> Acesso em 14/10/2008

_____. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.**

Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: ed. PUC- Rio, 2006

LEVINE, Joseph M. **Humanism and History.** New York: Cornell University, 1987

LOPES, Marcos Antônio. **Grandes nomes da história intelectual.** São Paulo: Contexto, 2003

_____. **The Autonomy of History: truth and method from Erasmus to Gibbon.**

Chicago: The University of Chicago Press, 1999

THUCYDIDES. **The Peloponnesian War.** Tradução de Thomas Hobbes. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.